

Estudos Técnicos/CNM – maio de 2017

Obras paradas: cruzamento de base de dados de contratos de repasse (CEF) e Restos a Pagar (SIAFI)

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM), com a intenção de contribuir para o fortalecimento da gestão municipalista, apresenta a situação das obras nos Municípios brasileiros para com isso chamar atenção das autoridades públicas para as obras paralisadas ou que ainda nem foram iniciadas, apesar de terem sido contratadas, que acabam prejudicando a vida da população.

Por meio da base de dados disponibilizada pela Caixa Econômica Federal (CEF) referente aos contratos de repasse firmados entre os Municípios e a União, a CNM apresenta a seguir o relato da situação destas obras que são intermediados pela própria CEF. A base de dados disponibilizada pela CEF refere-se à abril de 2017. A CNM cruzou os dados desta base da CEF com os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com as informações sobre os Restos a Pagar (RAP) até 2016, que estão no Orçamento de 2017.

Do cruzamento destas duas bases, a CNM encontrou aproximadamente 32 mil empenhos, dando destaque, entre estes empenhos, para as obras não iniciadas e as paradas, que totalizam, respectivamente, 36% e 32% do total. No OGU de 2017, o total de Restos a Pagar destinados aos Municípios é de R\$ 31,5 bilhões. Os quase 31.921 empenhos dos contratos de repasses (base de dados CEF + RAP) totalizam R\$ 10,8 bilhões em RAP inscritos, o que corresponde a 34,4% do total de RAP inscrito para os Municípios (R\$ 31,5 bilhões).

Neste estudo, chama-se atenção também para as obras que estão inscritas em Restos a Pagar (RAP) não processados, mas que tiveram pelo menos uma vistoria (medição da obra) e, portanto, deveriam estar classificados como RAPs processados. As obras inscritas em RAP não processados correm o risco de serem canceladas pela União, o que causa apreensão por parte dos Municípios, que podem ficar prejudicados com o cancelamento destas obras, penalizando assim a vida da população que fica deficiente de infraestrutura.

No base de dados analisada, destaca-se o caso do empenho que tem o maior valor liberado do Ministério da Saúde de R\$ 25 milhões. Este empenho do ano de 2013 corresponde à construção de unidade de atenção especializada em saúde. A última medição deste empenho ocorreu em setembro de 2016 e ainda assim o mesmo possui ainda R\$ 121.875 em RAP não processado inscrito em outros exercícios.